



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

PROCESSO Nº: 2259/2025
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026		Data de Abertura: 20/03/2026 Horário: 11:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br	
Unidades Contratantes:		Fundo Municipal de Educação - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ	
Objeto			
Pregão Eletrônico para futura e eventual contratação de empresa habilitada EM FORNECIMENTO PARA AQUISIÇÃO PERMANENTE DE ITENS PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPAL DE ARRÁIAL DO CABO – RJ. A modalidade licitatória será Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, pelo critério de julgamento menor preço por item. Regime de Execução Menor Preço Unitário.			
Valor estimado			
R\$ 1.472.687,64 (Um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Sim	Não	Aberto	MENOR PREÇO POR ITEM
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Sim	Não	Não	Sim
Intervalo mínimo de diferença entre lances			
R\$ 0,05 (cinco centavos)			
Pregoeiro			
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 510/2025, de 03 de fevereiro de 2025)			
Fundamento Legal			
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais:			
1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026
PROCESSO Nº: 2259/2025

Sumário

1.DO OBJETO.....	03
2.DO VALOR.....	10
3.DA PARTICIPAÇÃO.....	10
4.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	13
5.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	15
6.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES – MODO DE DISPUTA ABERTO.....	16
7.DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	20
8.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	25
9.DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO.....	26
10.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.....	26
11. DA FORMALIZAÇÃO DO CADASTRO RESERVA.....	31
12. DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	31
13. DA GARANTIA.....	33
14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO E ALTERAÇÃO.....	33
15. PRAZO CONTRATUAL.....	33
16. DO REAJUSTE.....	34
17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES.....	35
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	39
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	41
ANEXO II – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO OBTIDA ATRAVÉS DA PESQUISA DE PREÇOS.....	83
ANEXO III – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	84
ANEXO III -A MODELO DE DECLARAÇÃO.....	87
ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.....	89
ANEXO V – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	90
ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO.....	101



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para prestação de serviços para futura e eventual contratação de empresa habilitada **EM FORNECIMENTO PARA AQUISIÇÃO PERMANENTE DE ITENS PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPAL DE ARRÁIAL DO CABO – RJ.**

A modalidade licitatória será **Pregão Eletrônico**, utilizando do **Sistema de Registro de Preços**. se trata da contratação de serviços comuns continuados, pelo critério de julgamento **menor preço**. Pelo Regime de Execução **Empreitada por Preço Unitário**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas no presente Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1.3. Havendo qualquer discordância quanto às especificações deste Edital e ao Termo de Referência **sxxs**, **prevalecerá a do Termo de Referência**.

1.4 A licitação será formada por mais de um item, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para os itens conforme tabela abaixo:

I T E M	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MÉDIO
1	3272	UNIDADE	<p>Caminha Empilhável – O leito é confortável, arejado e fácil de manter, sendo confeccionado em 100% poliéster recoberto com PVC, um material antifungo, anti-UV e antioxidante, garantindo durabilidade e segurança para o uso contínuo. A cama também é lavável, o que facilita a higiene e manutenção. O mecanismo de união entre as cabeceiras e a tela é feito por parafusos ou outro sistema de fixação similar, com resistência equivalente às especificações originais, assegurando que a cama tenha uma montagem firme e segura.</p> <p>Com dimensões de no mínimo 125 cm de comprimento, 60 cm de largura e 10 cm de altura, com uma tolerância de +/- 5%, a cama suporta até 50 kg, sendo ideal para crianças em fase de crescimento. A estrutura é projetada para garantir segurança total, sem dispositivos de fixação que possam ser removidos voluntária ou involuntariamente, evitando riscos à segurança da criança. O produto é certificado pelo</p>	R\$ 405.564,40

EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

			INMETRO, atendendo aos rigorosos critérios de qualidade e segurança.	
2	9815	UNIDADE	LENÇOL PARA COLCHONETE SEM ELASTICO: O Lençol para Colchonete Sem Elástico é uma opção ideal para berço, proporcionando conforto e praticidade para o ambiente infantil. Confeccionado em 100% algodão, o lençol oferece um toque suave e agradável à pele, garantindo uma noite de sono tranquila e confortável para as crianças. Com aproximadamente 1,00m x 1,40m, o lençol é ideal para colchões de berço, adaptando-se perfeitamente ao tamanho padrão. Cores neutras.	R\$ 165.677,20
3	9815	UNIDADE	TOALHA DE BANHO: A Toalha de Banho é confeccionada em 100% algodão, proporcionando um toque felpudo e macio, ideal para garantir conforto e absorção após o banho. Sua dupla face oferece ainda mais praticidade, permitindo que o usuário escolha o lado que preferir, sem perder a eficiência na secagem. Com aproximadamente 0,70m x 1,20m, essa toalha oferece o tamanho perfeito para o uso diário, atendendo a necessidade de secagem completa de corpo e rosto, cores neutras.	R\$ 180.497,85
4	3272	UNIDADE	TOALHA DE ROSTO: A Toalha de Banho é confeccionada em 100% algodão, proporcionando uma textura felpuda e altamente absorvente, ideal para garantir conforto e eficiência na secagem após o banho. Com dupla face, oferece ainda mais versatilidade, permitindo o uso de ambos os lados, sem comprometer a qualidade e o desempenho. Suas dimensões de aproximadamente 0,50m x 0,80m são perfeitas para uso diário, cores neutras.	R\$ 25.848,80
5	3272	UNIDADE	COLCHONETE DE ESPUMA: O Colchonete de Espuma é fabricado com lâmina de espuma flexível de poliuretano, projetado especialmente para uso infantil, oferecendo conforto e suporte adequado. Suas dimensões são de 125cm de comprimento, 60cm de largura e 10cm de espessura, o que proporciona um tamanho ideal para camas infantis ou como base para brincadeiras e descanso. O revestimento é feito de material têxtil plastificado na cor azul real, com acabamento de costura simples, sendo impermeável e atóxico, garantindo a segurança e o bem-estar das	R\$ 233.620,80



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

			crianças. O revestimento corino é resistente e fácil de limpar, o que aumenta a praticidade no dia a dia. A espuma utilizada no colchonete segue a norma ABNT NBR 8537, com densidade nominal de 28 kg/m³, proporcionando o equilíbrio ideal entre firmeza e conforto. O colchonete também conta com zíper com acabamento oculto, com certificado do INMETRO.	
6	4475	UNIDADE	COPOS COM BICO: O copo com alça é fabricado em material livre de BPA (bisfenol A) e ftalatos, garantindo que não contenha nenhuma substância prejudicial à saúde. Ele é 100% seguro, sem compostos nocivos que possam representar risco para o usuário. Com capacidade de 260ml, o copo é ideal para porções pequenas, como sucos, chás ou outros líquidos. Sua alça ergonômica facilita o manuseio, proporcionando maior conforto ao segurar, e ajuda a evitar derramamentos, oferecendo mais segurança durante o uso, especialmente para crianças.	R\$ 45.958,25
7	32	UNIDADE	BANHEIRA INFANTIL (Pé Dobrável) é uma solução prática e confortável para o banho dos bebês, oferecendo facilidade de transporte e armazenamento. Com 96cm de altura, 82cm de largura e 54,5cm de comprimento, e pesando 7,5kg, a banheira é projetada para proporcionar segurança e conforto durante o uso. Sua estrutura é feita em aço desmontável, o que garante resistência e durabilidade, e seus pés dobráveis facilitam o transporte e o armazenamento, tornando-a ideal para espaços pequenos ou viagens. A capacidade máxima da banheira (bebê + água) é de 20kg, adequando-se ao crescimento do bebê. O modelo é 2 em 1, o que significa que o tanque pode ser utilizado tanto no suporte como fora dele, oferecendo versatilidade no uso. A banheira conta com porta shampoo e sabonete, além de uma mangueira para a saída de água do tanque, com fixação segura através de presilha metálica. Para evitar vazamentos, possui uma válvula para impedir a saída de água quando o tanque for utilizado fora do suporte.	R\$ 5.311,04



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

8	60	UNIDADE	BANHEIRA INFANTIL é uma opção prática e segura para o banho do bebê, oferecendo conforto e funcionalidade em um formato compacto, ideal para ambientes com pouco espaço. Com 21 litros de capacidade, a banheira é perfeita para acomodar o bebê durante o banho, proporcionando uma adaptação confortável ao corpo do pequeno. Seu formato compacto garante que ela caiba facilmente em banheiros menores ou em áreas com espaço restrito. Confeccionada em polipropileno, a banheira é resistente, durável e fácil de limpar, além de ser atóxica e livre de BPA, assegurando que o material não liberará substâncias nocivas durante o uso	R\$ 1.882,80
9	500	UNIDADE	SAPATEIRA COLMEIA (CORES DIVERSAS): A Sapateira Colmeia é uma opção prática e funcional para organizar sapatos, brinquedos, livros ou acessórios, com um design moderno e eficiente. Com 134 cm de altura, 38 cm de largura e 32 cm de profundidade, a sapateira é ideal para espaços variados, oferecendo uma solução compacta e espaçosa para manter o ambiente organizado. Seu peso de 6 kg torna-a resistente, leve e fácil de transportar, permitindo a movimentação para diferentes ambientes com facilidade. A sapateira conta com 6 nichos amplos,	R\$ 125.000,00
10	332	UNIDADE	BANDEJAS PLÁSTICAS: As Bandejas Plásticas são fabricadas em polipropileno (PP), um material resistente e durável, ideal para diversas funções no dia a dia. São atóxicas e livres de bisfenol-A (BPA FREE), garantindo que não liberem substâncias nocivas e oferecendo maior segurança no uso. Com dimensões de 30,2 cm de comprimento, 20,8 cm de largura e 6,3 cm de altura, essas bandejas são práticas e versáteis, adequadas para o armazenamento, transporte ou organização de pequenos objetos, alimentos e utensílios.	R\$ 5.527,80
11	500	UNIDADE	CABIDEIRO PARA MOCHILAS (5 ganchos): O Cabideiro para Mochilas (5 Ganchos) é uma solução prática e charmosa para organizar mochilas e outros itens no quarto infantil. Fabricado em MDF branco de 15mm, o cabideiro é resistente e apresenta um acabamento clean, ideal para complementar a decoração do ambiente. Os penduradores são feitos de	R\$ 29.385,00



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

			pinus (madeira maciça), garantindo durabilidade e estilo. Com dimensões de 60 cm de largura, 11,5 cm de altura e 10 cm de profundidade	
12	3272	UNIDADE	ESCOVA DE CABELO: A Escova de Cabelo para crianças desenvolvida para garantir um cuidado suave e confortável nos fios dos pequenos. Com pinos de nylon de 9 unidades e pontas arredondadas, a escova não machuca o couro cabeludo, proporcionando uma experiência agradável e sem desconforto durante o uso. Suas dimensões são de 21,5 cm de comprimento, 7 cm de largura e 3,5 cm de altura, com peso de 0,04 kg, tornando-a compacta e fácil de manusear tanto para os pais quanto para as crianças.	R\$ 30.854,96
13	3272	UNIDADE	PENTE DE CABELO: Fabricado em material plástico atóxico, o pente é totalmente seguro para o uso infantil e adequado para todos os tipos de cabelo. As dimensões do pente são aproximadamente 18 cm de comprimento, 2,5 cm de largura e 0,5 cm de altura, o que o torna compacto e fácil de guardar, sem ocupar muito espaço. O peso é de cerca de 0,03 kg, tornando-o leve e confortável para o uso.	R\$ 15.083,92
14	120	UNIDADE	TAPETE ANTI-DERRAPANTE PARA BANHEIRO: O Tapete Anti-Derrapante para Banheiro foi desenvolvido para garantir segurança e conforto ao sair do banho, evitando escorregões em pisos molhados. Com dimensões de 0,66 x 0,38 cm, o tapete oferece cobertura ideal para a área ao redor do chuveiro ou da banheira, proporcionando estabilidade e evitando acidentes. Sua base anti-derrapante é projetada para aderir firmemente ao piso, mantendo o tapete no lugar mesmo em superfícies escorregadias.	R\$ 1.902,00
15	133	UNIDADE	ESPELHO: O Espelho Acrílico, atóxico com dimensões de 80 x 20 cm, , o espelho é mais leve e resistente em comparação com os espelhos tradicionais de vidro, o que aumenta a segurança, evitando quebras ou acidentes.	R\$ 13.556,69



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

16	636	UNIDADE	ALMOFADAS QUADRADAS: A Almofada 45x45 é uma opção prática e confortável para diversos usos, como decoração ou apoio em sofás e cadeiras. Com dimensões de 45 x 45 cm, ela proporciona um excelente suporte, A composição do produto garante durabilidade e conforto: o tecido é 100% poliéster, oferecendo resistência e facilidade de limpeza, enquanto o enchimento é composto por 70% poliéster e 30% algodão, proporcionando maciez e firmeza ao mesmo tempo.	R\$ 26.095,08
17	75	UNIDADE	CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO: A Cadeira de Alimentação é uma opção ideal para oferecer conforto e segurança durante as refeições do bebê. Projetada para suportar até 23kg, ela possui assento e encosto acolchoado em plástico laminado, o que facilita a limpeza e manutenção do produto, garantindo praticidade para os pais. O cinto de segurança conta com 2 regulagens de altura e um sistema de cinco pontos, oferecendo mais segurança e ajuste conforme o crescimento do bebê. As dimensões da cadeira são: 74 cm de largura, 97 cm de altura e 63 cm de profundidade, o que proporciona um design adequado para a maioria das mesas e ambientes.	R\$ 18.235,50
18	9815	UNIDADE	LENÇOL COM ELASTICO: O Lençol para Colchonete Com Elástico é uma opção ideal para berço, proporcionando conforto e praticidade para o ambiente infantil. Confeccionado em 100% algodão, o lençol oferece um toque suave e agradável à pele, garantindo uma noite de sono tranquila e confortável para as crianças. Com aproximadamente 1,00m x 1,40m, o lençol é ideal para colchões de berço, adaptando-se perfeitamente ao tamanho padrão. Cores neutras.	R\$ 133.484,00
19	32	UNIDADE	KIT 2 Mamadeiras: O Kit com 2 Mamadeiras é uma excelente opção para a alimentação do bebê, oferecendo conforto, segurança e praticidade. Com um sistema avançado anti-cólica, ele ajuda a reduzir os desconfortos gástricos, proporcionando um fluxo suave e constante de leite as especificações técnicas do kit incluem duas mamadeiras de 330 ml com bico nº 3 (transparente), recomendadas para bebês de 3 a 6 meses. As dimensões aproximadas de cada mamadeira são 19 cm de altura e 7 cm de largura, proporcionando	R\$ 792,64



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

			um tamanho ideal para a alimentação do bebê. O kit é certificado pelo INMETRO, garantindo que o produto atende a todas as normas de segurança e qualidade.	
20	21	UNIDADE	Esterilizador: O Esterilizador a Vapor é uma solução prática e eficiente para garantir a higiene e segurança dos itens do bebê. Ele permite esterilizar até quatro mamadeiras ou outros produtos de uma vez, eliminando 99,9% dos germes em apenas 2 minutos, proporcionando uma esterilização rápida e eficaz. O conteúdo permanece esterilizado por até 24 horas, com cliques de segurança que garantem a tampa fechada, o esterilizador proporciona maior tranquilidade ao usuário, evitando que o conteúdo fique exposto ao ambiente. Fabricado em material plástico resistente, o esterilizador possui dimensões de 27 cm de largura, 27 cm de altura e 16 cm de profundidade.	R\$ 2.771,79
21	32	UNIDADE	Escova para higienização de mamadeiras: A Escova para Higienização de Mamadeiras foi projetada para facilitar a limpeza eficiente das mamadeiras, garantindo higiene adequada para o bebê. Com dimensões aproximadas de 28 cm de altura, 6 cm de largura e 5 cm de comprimento/profundidade, a escova é compacta e fácil de manusear, ideal para alcançar todos os cantos das mamadeiras e outros utensílios. A composição do produto inclui um cabo feito de 100% polipropileno (PP), um material resistente e durável, enquanto o limpador de bicos é composto por 100% borracha termoplástica (TPR), garantindo flexibilidade e suavidade ao limpar sem danificar o bico da mamadeira. As cerdas da escova são feitas de 100% polibutileno tereftalato (PBT)	R\$ 209,92
22	32	UNIDADE	KIT 2 Bicos para mamadeira: Kit com 2 Bicos para Mamadeira é uma escolha ideal para garantir uma alimentação segura e confortável para o bebê. Fabricados em silicone transparente, os bicos são duráveis e flexíveis, oferecendo um fluxo suave e natural durante a alimentação. Com dimensões de 13,5 cm de altura, 6 cm de largura e 6 cm de	R\$ 147,20



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

			comprimento, eles possuem o tamanho adequado para o uso em mamadeiras, proporcionando facilidade no encaixe e uso. Com tamanho nº 4, os bicos são recomendados para crianças a partir de 3 meses, oferecendo um fluxo de leite adequado à faixa etária. O selo do INMETRO garante que o produto atende às normas de qualidade e segurança exigidas,	
23	8	UNIDADE	Poltrona de amamentação: A Poltrona de Amamentação foi projetada para oferecer conforto e apoio durante o momento de amamentação, proporcionando uma experiência tranquila tanto para a mãe quanto para o bebê. Com largura de 77 cm, profundidade de 64 cm e altura de 99 cm, a poltrona oferece um excelente espaço para sentar-se e relaxar. A altura do assento ao chão é de 43 cm, garantindo uma posição ergonômica para a amamentação. O encosto possui altura de 66 cm, oferecendo suporte adequado para as costas, enquanto a largura do encosto é de 53 cm, proporcionando maior conforto. O assento livre tem 50 cm de largura e 49 cm de profundidade, permitindo espaço suficiente para uma postura confortável durante as sessões de amamentação. Além disso, a poltrona é equipada com pés de 10 cm de altura, conferindo estabilidade e facilitando a limpeza sob a base. A poltrona vem acompanhada de um puff, que possui altura de 35 cm, largura de 45 cm e profundidade de 38 cm, com pés de 20 cm de altura, proporcionando um suporte adicional para os pés, ideal para o relaxamento durante o uso.	R\$ 5.280,00
VALOR TOTAL: R\$ 1.472.687,64				
(Um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).				

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1- Poderão participar desta Licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no (www.licitanet.com.br).

2.1.1 O procedimento será divulgado no sítio eletrônico mencionado no item 3.1 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item 2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

2.5.1 A obtenção dos benefícios a que se referem nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Para os itens 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 23 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. Em relação aos itens será para microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006, e do art. 8º do Decreto nº 42.063, de 06 de outubro de 2009.

2.7.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

2.7.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

2.8 Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.8.3 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

2.8.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.8.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.8.6 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9 A vedação de que trata o item 2.8.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.10. Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.

2.11. A obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.12. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

2.13. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, observadas as seguintes regras:

2.13.1. as empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o órgão licitante pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo;

2.13.2. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

2.13.3. o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato, nos termos do compromisso firmado conforme item 2.13.1;



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

2.13.4. as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

2.13.5. a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

3.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.3.7 está ciente da obrigação de cumprimento de cota de aprendiz, na forma dos artigos 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, e da necessidade de comprovar o cumprimento dessa exigência, por meio de certidão, no momento de assinatura do contrato;

3.3.8 não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar cujos efeitos ainda



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

vigorem e sejam aplicáveis no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

3.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.6 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência de declaração na forma do item anterior impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência de declaração na forma do item 3.5 apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8 A falsidade das declarações de que tratam os itens 3.3 a 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.11 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2026, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.12 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.13 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

3.14 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.15 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.17 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1.A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS.

4.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

4.2.1 Valor unitário e total do item.

4.2.2 Quantidade.

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.1 Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5 Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

4.9 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

4.10 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.11 O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contar da data de sua apresentação.

4.12 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES – MODO DE DISPUTA ABERTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste Edital.

5.6 O envio de lances no pregão eletrônico se dará pelo modo de disputa “aberto”, devendo os licitantes apresentar lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,05** (Cinco centavos).

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.9.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.9.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.9.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.9.4 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.5 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.9.6 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.7 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.10 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

5.14 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.16.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.16.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.16.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.16.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.17.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.17.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

5.17.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

5.17.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

5.17.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

5.17.2.2 Empresas brasileiras.

5.17.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

5.17.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.18 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.20 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

5.21 A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

5.22 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.22.1 contiver vícios insanáveis;

5.22.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.22.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.22.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.22.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

5.23 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes.

5.24 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

5.25 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

5.25.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.25.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.26 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.27 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.28 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.29 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.30 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.31 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 O Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.4. 1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.4.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto nesse Edital.

6.4.4 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), sendo eles:

6.5 HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL

6.5.1 a) registro comercial, para empresa individual;

b) ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

f) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

g) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa com as Fazendas - Federal, Estadual (Dívida ativa estadual, e débitos tributários não inscritos), Municipal, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.

h) Certidão de regularidade de débito junto ao Sistema de Seguridade Social (INSS).

i) Certificado de regularidade de débito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

- j) Prova de Regularidade junto à Justiça do Trabalho.
k) Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG).

6.6 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
b) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
b1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58 da lei nº 11.101 de 09 de Fevereiro de 2005 sob pena de inabilitação.

6.7 Demais Documentos de Habilitação

- 6.7.1 Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e do Estado onde tiver sede o particular;
6.7.2 Prova do enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso;
6.7.3 Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento e ao cumprimento do disposto do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **sendo tácita quando omitida**.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.8 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia devidamente autenticada ou qualquer outro meio admitido pela Administração pública.

6.10 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no Art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.11 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

6.12 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.13 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.14 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou em sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelo Município.

6.15 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

6.16 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.17 Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

6.18 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação referente aos requisitos de habilitação deste Edital apenas ao licitante vencedor.

6.19 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante melhor colocado.

6.20 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

6.20.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.20.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.21 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

6.22 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.23 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

6.24 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.25 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.26 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.27 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.28 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.29 O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

6.30 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.31 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

6.32 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

6.33 Caso seja feita a opção pela opção da certidão referida no item 6.14, esta seguirá, como prazo de validade, a sistemática própria estabelecida em âmbito federal constante do SICAF.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

7.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

7.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

7.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do portal do LICITANET e por e-mail no endereço: compras.licitacao@arraial.rj.gov.br.

7.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

7.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7.7 Modificado substancialmente o edital como resultado da resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7.8 Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

7.9 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico de contratações ou, em sua indisponibilidade, para o e-mail funcional compras.licitacao@arraial.rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento, contados:

7.9.1 da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.9.2 partir da ata de julgamento, nas licitações com inversão de fases.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

7.9. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

7.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.11 Caberá ao Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.12 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.14 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá proceder na forma dos incisos I a III do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, ou adjudicar o objeto e homologar a licitação, quando verificada a regularidade do procedimento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

9.1. Em sendo o caso, decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

9.2. A ata de registro de preços será formalizada, com observância dos artigos 82 a 86 da Lei 14.133/21, e será subscrita pela autoridade competente.

9.3. Será registrado o menor preço por item.

9.4. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9.5. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.6. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

9.7. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

9.8. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

9.9. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

9.10. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

9.11. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.12. O registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

- a) serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;
- b) será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;
- c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e
- d) a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.13. O registro a que se refere a alínea ‘b’ do Item 9.12 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;

9.14. Se houver mais de um licitante que tenham ofertado o mesmo lance, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

9.15. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada no momento da sessão da licitação e confirmada por ocasião de sua primeira contratação.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

9.16 INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DA ATA

9.16.1. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

9.16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.16.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.16.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.16.2. O descumprimento, por parte da PROMITENTE FORNECEDORA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Prefeitura de Arraial do Cabo/Fundo Municipal... o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.16.3. O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a PROMITENTE FORNECEDORA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da PROMITENTE FORNECEDORA, independentemente de outras penalidades.

9.16.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

9.16.5. No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a PROMITENTE FORNECEDORA às sanções administrativas pertinentes.

9.16.6. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Arraial do Cabo/Fundo Municipal de... poderá aplicar à PROMITENTE FORNECEDORA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

9.16.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

9.16.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.16.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.16.7.3. não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.16.7.4. sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.16.7.5. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

9.16.7.6 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de:

a) caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata;

b) por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

c) a pedido do fornecedor;

d) descumprir as condições da ata de registro de preços;

e) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

Administração, sem justificativa aceitável;

f) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

g) sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.17 DA REVISÃO DE PREÇOS

9.17.1. Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica anual, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

9.17.2. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo competente Decreto Municipal 4121/2024 e a Lei Federal 14133/21.

9.17.3. Observado o disposto no item anterior, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.17.4. O pedido de reequilíbrio dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

9.17.5. O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Fiscal do Contrato ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

9.17.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

9.17.7. Na hipótese de a PROMITENTE FORNECEDORA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

9.17.8. Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

9.18. RECUSA DA CONTRATAÇÃO

9.18.1. Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

a) a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

- b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação.
- c) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;
- d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

9.19 DA VIGÊNCIA DA ATA

9.19.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

9.19.2. Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

9.19.3. Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA-E acumulado dos últimos 12 meses ou por índice que venha a substituí-lo, cabendo a Administração Municipal verificar a vantajosidade da prorrogação com o reajustamento dos valores;

9.20 – DA ADESAO

9.20.1. Órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.20.2. As aquisições ou as contratações adicionais a não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

9.20.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o Item não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

9.20.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.20.5 . Não é admitida a adesão à ata de registros de preços para contratação eventual futura, devendo a Administração Municipal informar no momento de solicitação da autorização para adesão seus quantitativos e cronograma de execução pelo fornecedor;

9.20.6 . Fica permitido que entes administrativos de outros municípios façam a adesão de atas de registros de preços de órgãos ou entes do da administração direta ou indireta do Município de Arraial do Cabo.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a fase recursal, os licitantes serão convocados para reduzir seus preços ao valor da proposta do proponente melhor classificado, ocasião na qual será oportunizada a formação de eventual Cadastro de Reserva.

10.1.1. A apresentação de novas propostas na forma do caput deste item não prejudicará o resultado do certame, inclusive quanto à ordem de classificação das propostas.

10.2. Homologada a licitação, deverão ser registrados na Ata de Registro de Preços, para fins de formação de Cadastro de Reserva:

10.2.1. os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação; e

10.2.2. os proponentes que mantiverem sua proposta original.

10.3. A ordem de classificação dos registrados na Ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

10.4. A habilitação dos proponentes que irão compor o Cadastro de Reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos proponentes remanescentes.

10.5. O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso do item 11.5, bem como de cancelamento do registro do proponente ou dos preços, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 28 e nos arts. 29 e 31 do Decreto nº 48.843/2023 e na Ata de Registro de Preços.

11. DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Compete ao gerenciador, aos participantes, quando houver, e aos eventuais não-participantes promover as ações necessárias para as suas próprias contratações com o fornecedor registrado, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

11.2. A Administração convocará o fornecedor registrado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, bem como para demonstrar o atendimento às exigências deste Edital e do Termo de Referência que devam ser apresentadas no momento de assinatura do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 48.843/2023 e no Edital.

11.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.4. Na hipótese de o fornecedor registrado não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.5. A recusa injustificada do fornecedor registrado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades estabelecidas na lei e neste Edital e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6. As consequências de que trata o item anterior não serão aplicadas ao integrante do Cadastro de Reserva que, quando convocado, se recusar a compor a Ata de Registro de Preços.

11.7. No momento da assinatura do Contrato, o adjudicatário apresentará certidão de cumprimento de cota de aprendiz, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para fins de atendimento aos arts. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

11.8. Caso o valor da contratação se enquadre no limite previsto na legislação vigente, o fornecedor registrado deverá demonstrar que mantém Programa de Integridade, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

11.8.1. Caso o fornecedor registrado ainda não tenha programa de integridade instituído, deverá implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da assinatura do Contrato, na forma da legislação vigente.

12 - DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, nas seguintes condições:

12.1.1. Requerimento prévio do contratado, com a explicitação de seus motivos e necessidade;

12.1.2. comprovação pelo contratado da capacidade técnica do subcontratado, em relação à parcela subcontratada, se exigida do licitante; e

12.1.3. justificativa e autorização pela autoridade competente, que deverá avaliar, também, a qualificação técnica do subcontratado.

12.1.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. DA GARANTIA

13.1 Os produtos deverão ter garantia contra defeitos de fábrica assegurando que quaisquer produtos defeituosos ou fora de conformidade técnica seja substituído imediatamente num prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

13.2 Aquisição de itens novos

13.2.1 Fica acordado entre as partes que todos os equipamentos fornecidos são novos e nunca utilizado, e que a contratante se compromete a fornecer exclusivamente produtos que atendam aos padrões de qualidade e especificações técnica requisitados. A aquisição de equipamentos usados ou recondicionados não será permitida, a fim de garantir a integridade, a durabilidade dos produtos fornecidos.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, PAGAMENTO, FISCALIZAÇÃO E ALTERAÇÃO

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e da fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

14.2. O pagamento será efetuado à contratada conforme regras estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

14.3. A fiscalização técnica será exercida nos termos previstos no Termo de Referência – Anexo I.

14.4. O objeto poderá ser alterado de acordo com o disposto no Art. 124, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal 14.133/2021.

15. PRAZO CONTRATUAL

15.1. O prazo de vigência será de 24 (vinte e quatro) meses com início a partir da assinatura do contrato.

15.2. O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as condições previstas no Contrato, e mediante a celebração de termo aditivo.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026
PROCESSO Nº: 2259/2025

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

16.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

16.4. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

16.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5.1. Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

16.9. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do contratado, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

16.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

16.11. O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

16.12. O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Constitui infração administrativa, a prática, pelo licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

17.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

17.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

17.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

17.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

17.1.5.4. deixar de apresentar amostra; ou

17.1.5.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

17.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

17.1.9. fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

17.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
17.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
17.1.10.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
17.1.10.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

17.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

17.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. O licitante ou contratado que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 17.2.2. de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.2.3. Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 17.1.1 a 17.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 17.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 17.1.2 a 17.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 17.1.8 a 17.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;

17.2.3.1. Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do Contrato, a base de cálculo da multa do item 17.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

17.2.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 20.13.

17.2.3.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

17.2.4. Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 17.1.2 a 17.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

17.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 17.1.8 a 17.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

17.3. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

17.3.1. Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2% (dois por cento).

17.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 17.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

17.3.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Contrato.

17.4. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de % do valor do Contrato.

17.4.1. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

17.5. Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

17.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

17.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

17.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.6. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 17.2.1, 17.2.2 e 17.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;
b) a aplicação da sanção prevista no item 17.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário municipal; ou

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

17.7. A aplicação de quaisquer das penalidades administrativas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou contratado, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

17.7.1. A aplicação de sanção será antecedida de intimação do licitante ou contratado, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Edital e/ou do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

17.7.2. A defesa prévia do licitante ou contratado será exercida no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 17.2.1 e 17.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 17.2.3, 17.2.4 e 17.2.5, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

17.7.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

17.8. A aplicação das sanções previstas no Edital e no Contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

17.8.1. Aplica-se o disposto na alínea a do item 20.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

17.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

17.10.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional, nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.10.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

17.11. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no Edital e/ou no Contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações.

17.11.1. O licitante ou contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

18.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.arraial.rj.gov.br/>.

18.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO OBTIDA ATRAVÉS DE PESQUISA DE PREÇOS

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO V – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ANEXO I

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

Arraial do Cabo, 10 de Março de 2026.

Diogo dos Santos de Moraes
Secretário Municipal de Compras e Licitações



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Versão 2.0

1. DO OBJETO

1.1 Trata-se de contratação de empresa para aquisição de itens permanentes conforme especificações e quantidades estabelecidos neste TR a fim de atender a presente demanda para atendimento das Creches do Fundo Municipal de Educação, através do Sistema de Registro de Preços.

1.2 A presente contratação é de classificação comum conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar Nº 08/2025

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme decreto Nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

1.4 O prazo de vigência será de 24 (vinte e quatro) meses com início a partir da assinatura do contrato

1.5 O prazo de fornecimento será de 20(vinte) dias após ordem de fornecimento

1.6 Trata-se de aquisição, conforme art. 6º, X da Lei nº 14.133/21:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

X - Compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;

1.7 Descrição dos itens:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO
1	3272un	Caminha Empilhável – O leito é confortável, arejado e fácil de manter, sendo confeccionado em 100% poliéster recoberto com PVC, um material antifungo, anti-UV e antioxidante, garantindo durabilidade e segurança para o uso contínuo. A cama também é lavável, o que facilita a higiene e manutenção. O mecanismo de união entre as cabeceiras e a tela é feito por parafusos ou outro sistema de fixação similar, com



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		<p>resistência equivalente às especificações originais, assegurando que a cama tenha uma montagem firme e segura.</p> <p>Com dimensões de no mínimo 125 cm de comprimento, 60 cm de largura e 10 cm de altura, com uma tolerância de +/- 5%, a cama suporta até 50 kg, sendo ideal para crianças em fase de crescimento. A estrutura é projetada para garantir segurança total, sem dispositivos de fixação que possam ser removidos voluntária ou involuntariamente, evitando riscos à segurança da criança. O produto é certificado pelo INMETRO, atendendo aos rigorosos critérios de qualidade e segurança.</p>
2	9815un	<p>LENÇOL PARA COLCHONETE SEM ELASTICO: O Lençol para Colchonete Sem Elástico é uma opção ideal para berço, proporcionando conforto e praticidade para o ambiente infantil. Confeccionado em 100% algodão, o lençol oferece um toque suave e agradável à pele, garantindo uma noite de sono tranquila e confortável para as crianças. Com aproximadamente 1,00m x 1,40m, o lençol é ideal para colchões de berço, adaptando-se perfeitamente ao tamanho padrão. Cores neutras</p>
3	9815un	<p>TOALHA DE BANHO: A Toalha de Banho é confeccionada em 100% algodão, proporcionando um toque felpudo e macio, ideal para garantir conforto e absorção após o banho. Sua dupla face oferece ainda mais praticidade, permitindo que o usuário escolha o lado que preferir, sem perder a eficiência na secagem. Com aproximadamente 0,70m x 1,20m, essa toalha oferece o tamanho perfeito para o uso diário, atendendo a necessidade de secagem completa de corpo e rosto, cores neutras.</p>
4	3272un	<p>TOALHA DE ROSTO: A Toalha de Banho é confeccionada em 100% algodão, proporcionando uma textura felpuda e altamente absorvente, ideal para garantir conforto e eficiência na secagem após o banho. Com dupla face, oferece ainda mais versatilidade, permitindo o uso de ambos os lados, sem comprometer a qualidade e o desempenho. Suas dimensões de aproximadamente 0,50m x 0,80m são perfeitas para uso diário, cores neutras.</p>
5	3272un	<p>COLCHONETE DE ESPUMA: O Colchonete de Espuma é fabricado com lâmina de espuma flexível de poliuretano, projetado especialmente para uso infantil, oferecendo conforto e suporte adequado. Suas dimensões são de 125cm de comprimento, 60cm de largura e 10cm de espessura, o que proporciona um tamanho ideal para camas infantis ou como base para brincadeiras e descanso. O revestimento é feito de material têxtil plastificado na cor azul real, com acabamento de costura simples, sendo impermeável e atóxico, garantindo a segurança e o bem-estar das crianças. O revestimento corino é resistente e fácil de limpar, o que aumenta a praticidade no dia a dia. A espuma utilizada no colchonete segue a norma ABNT NBR 8537, com densidade nominal de 28 kg/m³, proporcionando o equilíbrio ideal entre firmeza e conforto. O colchonete também conta com zíper com acabamento oculto, com certificado do INMETRO</p>
6	4475un	<p>COPOS COM BICO: O copo com alça é fabricado em material livre de BPA (bisfenol A) e ftalatos, garantindo que não contenha nenhuma substância prejudicial à saúde. Ele é 100% seguro, sem compostos nocivos que possam representar risco para o usuário. Com capacidade de 260ml, o copo é ideal para porções pequenas, como sucos, chás ou outros líquidos. Sua alça ergonômica facilita o manuseio, proporcionando maior conforto ao segurar, e ajuda a evitar derramamentos, oferecendo mais segurança durante o uso, especialmente para crianças</p>
		<p>BANHEIRA INFANTIL (Pé Dobrável) é uma solução prática e confortável para o banho dos bebês, oferecendo facilidade de transporte e armazenamento. Com 96cm de</p>



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

7	32un	<p>altura, 82cm de largura e 54,5cm de comprimento, e pesando 7,5kg, a banheira é projetada para proporcionar segurança e conforto durante o uso. Sua estrutura é feita em aço desmontável, o que garante resistência e durabilidade, e seus pés dobráveis facilitam o transporte e o armazenamento, tornando-a ideal para espaços pequenos ou viagens.</p> <p>A capacidade máxima da banheira (bebê + água) é de 20kg, adequando-se ao crescimento do bebê. O modelo é 2 em 1, o que significa que o tanque pode ser utilizado tanto no suporte como fora dele, oferecendo versatilidade no uso. A banheira conta com porta shampoo e sabonete, além de uma mangueira para a saída de água do tanque, com fixação segura através de presilha metálica. Para evitar vazamentos, possui uma válvula para impedir a saída de água quando o tanque for utilizado fora do suporte.</p>
8	60un	<p>BANHEIRA INFANTIL é uma opção prática e segura para o banho do bebê, oferecendo conforto e funcionalidade em um formato compacto, ideal para ambientes com pouco espaço. Com 21 litros de capacidade, a banheira é perfeita para acomodar o bebê durante o banho, proporcionando uma adaptação confortável ao corpo do pequeno. Seu formato compacto garante que ela caiba facilmente em banheiros menores ou em áreas com espaço restrito.</p> <p>Confeccionada em polipropileno, a banheira é resistente, durável e fácil de limpar, além de ser atóxica e livre de BPA, assegurando que o material não liberará substâncias nocivas durante o uso</p>
9	500un	<p>SAPATEIRA COLMEIA (CORES DIVERSAS): A Sapateira Colmeia é uma opção prática e funcional para organizar sapatos, brinquedos, livros ou acessórios, com um design moderno e eficiente. Com 134 cm de altura, 38 cm de largura e 32 cm de profundidade, a sapateira é ideal para espaços variados, oferecendo uma solução compacta e espaçosa para manter o ambiente organizado. Seu peso de 6 kg torna-a resistente, leve e fácil de transportar, permitindo a movimentação para diferentes ambientes com facilidade. A sapateira conta com 6 nichos amplos,</p>
10	332un	<p>BANDEJAS PLÁSTICAS: As Bandejas Plásticas são fabricadas em polipropileno (PP), um material resistente e durável, ideal para diversas funções no dia a dia. São atóxicas e livres de bisfenol-A (BPA FREE), garantindo que não liberem substâncias nocivas e oferecendo maior segurança no uso. Com dimensões de 30,2 cm de comprimento, 20,8 cm de largura e 6,3 cm de altura, essas bandejas são práticas e versáteis, adequadas para o armazenamento, transporte ou organização de pequenos objetos, alimentos e utensílios.</p>
11	500un	<p>CABIDEIRO PARA MOCHILAS (5 ganchos): O Cabideiro para Mochilas (5 Ganchos) é uma solução prática e charmosa para organizar mochilas e outros itens no quarto infantil. Fabricado em MDF branco de 15mm, o cabideiro é resistente e apresenta um acabamento clean, ideal para complementar a decoração do ambiente. Os penduradores são feitos de pinus (madeira maciça), garantindo durabilidade e estilo. Com dimensões de 60 cm de largura, 11,5 cm de altura e 10 cm de profundidade</p>
12	3272un	<p>ESCOVA DE CABELO: A Escova de Cabelo para crianças desenvolvida para garantir um cuidado suave e confortável nos fios dos pequenos. Com pinos de nylon de 9 unidades e pontas arredondadas, a escova não machuca o couro cabeludo, proporcionando uma experiência agradável e sem desconforto durante o uso. Suas dimensões são de 21,5 cm de comprimento, 7 cm de largura e 3,5 cm de altura, com</p>



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		peso de 0,04 kg, tornando-a compacta e fácil de manusear tanto para os pais quanto para as crianças.
13	3272un	PENTE DE CABELO: Fabricado em material plástico atóxico, o pente é totalmente seguro para o uso infantil e adequado para todos os tipos de cabelo. As dimensões do pente são aproximadamente 18 cm de comprimento, 2,5 cm de largura e 0,5 cm de altura, o que o torna compacto e fácil de guardar, sem ocupar muito espaço. O peso é de cerca de 0,03 kg, tornando-o leve e confortável para o uso.
14	120un	TAPETE ANTI-DERRAPANTE PARA BANHEIRO: O Tapete Anti-Derrapante para Banheiro foi desenvolvido para garantir segurança e conforto ao sair do banho, evitando escorregões em pisos molhados. Com dimensões de 0,66 x 0,38 cm, o tapete oferece cobertura ideal para a área ao redor do chuveiro ou da banheira, proporcionando estabilidade e evitando acidentes. Sua base anti-derrapante é projetada para aderir firmemente ao piso, mantendo o tapete no lugar mesmo em superfícies escorregadias.
15	133un	ESPELHO: O Espelho Acrílico, atóxico com dimensões de 80 x 20 cm, , o espelho é mais leve e resistente em comparação com os espelhos tradicionais de vidro, o que aumenta a segurança, evitando quebras ou acidentes
16	636un	ALMOFADAS QUADRADAS: A Almofada 45x45 é uma opção prática e confortável para diversos usos, como decoração ou apoio em sofás e cadeiras. Com dimensões de 45 x 45 cm, ela proporciona um excelente suporte, A composição do produto garante durabilidade e conforto: o tecido é 100% poliéster, oferecendo resistência e facilidade de limpeza, enquanto o enchimento é composto por 70% poliéster e 30% algodão, proporcionando maciez e firmeza ao mesmo tempo.
17	75un	CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO: A Cadeira de Alimentação é uma opção ideal para oferecer conforto e segurança durante as refeições do bebê. Projetada para suportar até 23kg, ela possui assento e encosto acolchoado em plástico laminado, o que facilita a limpeza e manutenção do produto, garantindo praticidade para os pais. O cinto de segurança conta com 2 regulagens de altura e um sistema de cinco pontos, oferecendo mais segurança e ajuste conforme o crescimento do bebê.As dimensões da cadeira são: 74 cm de largura, 97 cm de altura e 63 cm de profundidade, o que proporciona um design adequado para a maioria das mesas e ambientes.
18	9815un	LENÇOL COM ELASTICO: O Lençol para Colchonete Com Elástico é uma opção ideal para berço, proporcionando conforto e praticidade para o ambiente infantil. Confeccionado em 100% algodão, o lençol oferece um toque suave e agradável à pele, garantindo uma noite de sono tranquila e confortável para as crianças. Com aproximadamente 1,00m x 1,40m, o lençol é ideal para colchões de berço, adaptando-se perfeitamente ao tamanho padrão. Cores neutras
19	32un	KIT 2 Mamadeiras: O Kit com 2 Mamadeiras é uma excelente opção para a alimentação do bebê, oferecendo conforto, segurança e praticidade. Com um sistema avançado anti-cólica, ele ajuda a reduzir os desconfortos gástricos, proporcionando um fluxo suave e constante de leite as especificações técnicas do kit incluem duas mamadeiras de 330 ml com bico nº 3 (transparente), recomendadas para bebês de 3 a 6 meses. As dimensões aproximadas de cada mamadeira são 19 cm de altura e 7 cm de largura, proporcionando um tamanho ideal para a alimentação do bebê. O kit é certificado pelo INMETRO, garantindo que o produto atende a todas as normas de segurança e qualidade.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

20	21un	Esterilizador: O Esterilizador a Vapor é uma solução prática e eficiente para garantir a higiene e segurança dos itens do bebê. Ele permite esterilizar até quatro mamadeiras ou outros produtos de uma vez, eliminando 99,9% dos germes em apenas 2 minutos, proporcionando uma esterilização rápida e eficaz. O conteúdo permanece esterilizado por até 24 horas, com cliques de segurança que garantem a tampa fechada, o esterilizador proporciona maior tranquilidade ao usuário, evitando que o conteúdo fique exposto ao ambiente. Fabricado em material plástico resistente, o esterilizador possui dimensões de 27 cm de largura, 27 cm de altura e 16 cm de profundidade
21	32un	Escova para higienização de mamadeiras: A Escova para Higienização de Mamadeiras foi projetada para facilitar a limpeza eficiente das mamadeiras, garantindo higiene adequada para o bebê. Com dimensões aproximadas de 28 cm de altura, 6 cm de largura e 5 cm de comprimento/profundidade, a escova é compacta e fácil de manusear, ideal para alcançar todos os cantos das mamadeiras e outros utensílios. A composição do produto inclui um cabo feito de 100% polipropileno (PP), um material resistente e durável, enquanto o limpador de bicos é composto por 100% borracha termoplástica (TPR), garantindo flexibilidade e suavidade ao limpar sem danificar o bico da mamadeira. As cerdas da escova são feitas de 100% polibutileno tereftalato (PBT)
22	32un	KIT 2 Bicos para mamadeira: Kit com 2 Bicos para Mamadeira é uma escolha ideal para garantir uma alimentação segura e confortável para o bebê. Fabricados em silicone transparente, os bicos são duráveis e flexíveis, oferecendo um fluxo suave e natural durante a alimentação. Com dimensões de 13,5 cm de altura, 6 cm de largura e 6 cm de comprimento, eles possuem o tamanho adequado para o uso em mamadeiras, proporcionando facilidade no encaixe e uso. Com tamanho nº 4, os bicos são recomendados para crianças a partir de 3 meses, oferecendo um fluxo de leite adequado à faixa etária. O selo do INMETRO garante que o produto atende às normas de qualidade e segurança exigidas,
23	8un	Poltrona de amamentação: A Poltrona de Amamentação foi projetada para oferecer conforto e apoio durante o momento de amamentação, proporcionando uma experiência tranquila tanto para a mãe quanto para o bebê. Com largura de 77 cm, profundidade de 64 cm e altura de 99 cm, a poltrona oferece um excelente espaço para sentar-se e relaxar. A altura do assento ao chão é de 43 cm, garantindo uma posição ergonômica para a amamentação. O encosto possui altura de 66 cm, oferecendo suporte adequado para as costas, enquanto a largura do encosto é de 53 cm, proporcionando maior conforto. O assento livre tem 50 cm de largura e 49 cm de profundidade, permitindo espaço suficiente para uma postura confortável durante as sessões de amamentação. Além disso, a poltrona é equipada com pés de 10 cm de altura, conferindo estabilidade e facilitando a limpeza sob a base. A poltrona vem acompanhada de um puff, que possui altura de 35 cm, largura de 45 cm e profundidade de 38 cm, com pés de 20 cm de altura, proporcionando um suporte adicional para os pés, ideal para o relaxamento durante o uso

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

2.1 A presente contratação tem como fundamento o Estudo Técnico Preliminar Nº08/25 – FME.

2.2 O Fundo Municipal

2.3 O Fundo Municipal de Educação precisa disponibilizar materiais essenciais para o pleno funcionamento das creches municipais. Essa iniciativa é motivada pela identificação de insuficiências na oferta de recursos materiais, que têm comprometido a qualidade do atendimento e o desenvolvimento pedagógico das crianças na Educação Infantil, especialmente diante do aumento de matrículas e da recente inauguração de novas creches no município.

2.4 É perceptível a carência significativa de materiais básicos, como itens de higiene pessoais específicos e utensílios essenciais para o dia a dia nas creches. Tais deficiências foram amplamente relatadas por gestores escolares, professores e familiares, evidenciando a necessidade urgente de suprir essas demandas.

2.5 Essa situação é agravada pela ampliação da rede municipal de ensino, que, em 2024, registrou um aumento significativo no número de alunos matriculados em creches. Aumento este que será impulsionado em 2025 pela abertura de novas unidades. Para fins de comprovação do aumento citado acima, reitera-se que entre julho e outubro de 2024, conforme mapa discente em anexo (anexo I), o número de alunos matriculados em creches foi de 809 para 891. Isto demonstra o crescimento que a Rede Municipal de Ensino de Arraial do Cabo passa atualmente, demandando novos investimentos em espaços, infraestrutura e estrutura pedagógica.

2.6 O problema identificado está diretamente relacionado ao fortalecimento da Educação Básica no município, uma vez que a disponibilização desses materiais é indispensável para assegurar o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) e para o cumprimento dos objetivos do Fundo Municipal de Educação. Essas metas buscam promover a universalização do atendimento na Educação Infantil, garantindo um ambiente educacional



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

inclusivo, seguro e que favoreça o desenvolvimento integral das crianças, em consonância com o disposto na Lei 9.394/1996 (LDBEN).

2.7 A relevância pública dessa contratação é evidente, pois se trata de uma iniciativa essencial para garantir o alcance das metas do Fundo Municipal de Educação em proporcionar ensino de qualidade a todos os segmentos, incluindo nisto a Educação Infantil. A provisão adequada de recursos materiais contribui diretamente para o desenvolvimento pedagógico das crianças e para a formação de cidadãos plenos, promovendo, assim, o avanço social e econômico do município. Além disso, a contratação é amparada por normas e diretrizes nacionais, incluindo a Lei 14.113/2020, que regulamenta o FUNDEB e assegura financiamento às ações voltadas para a oferta de uma educação de qualidade, e pela Meta 1 do PNE, que enfatiza a expansão do atendimento em creches e pré-escolas.

2.8 Dessa forma, a solução da presente demanda apresenta-se como uma medida indispensável e alinhada às políticas públicas educacionais, assegurando que as unidades de creche do município estejam adequadamente equipadas para atender às necessidades das crianças, promovendo um ambiente educacional de qualidade e respeitando os princípios da eficiência e do interesse público. Para isto, é importante dizer que se pretende atender as demandas das Creches existentes e suprir as demais creches que estão sendo criadas, entre elas a Creche Municipal Maria Cândida, Creche Stela Fraga, Creche Municipal Helena Saraiva, C. M. Ieda Correa, J. M. Prof.^a Emília Correa, C. M. Maria da Glória, C. M. Maria do Socorro, e Creche em anexo ao E. M. Sotero Teixeira.

2.9 A presente contratação está prevista no PCA de 2025, conforme consta em anexo (anexo I) a este documento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A aquisição dos itens em sua totalidade em consonância com as especificações da tabela apresentada no item 1.7 são necessários para garantir e proporcionar o desenvolvimento dos alunos do ensino infantil.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Visando manter os níveis desta contratação dentro dos padrões adequados, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:

4.2 Requisitos de Negócio da Solução

4.2.1.1 A solução a ser adotada deverá ser capaz de proporcionar materiais de creche em conformidade com as normas vigentes e objetivos do município. O atendimento desta demanda deverá possibilitar que os alunos da Creche obtenham condições ideais para que sejam atendidos com eficácia as demandas e solicitações deste segmento escolar, proporcionando a maior qualidade possível ao ensino nesta fase escolar para todos os alunos, garantindo assim bem-estar para as crianças que vão utilizar os itens, beneficiando sua saúde e desenvolvimento.

4.3 Da exigência de carta de solidariedade

4.3.1 Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.4 Subcontratação

4.4.1 Em conformidade com o art. 122 da Lei 14.133/2021 segue os parâmetros deste Termo de Referência em relação a subcontratação:

4.4.2 A subcontratação depende da autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incube avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

4.4.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

4.4.4 “§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.”

4.4.5 Além de todos os fatores citados acima, reitera-se que fica restringida a subcontratação a um limite máximo de 30% do valor global que será homologado futuramente neste processo, após certame licitatório.

4.5 Garantia de Frete e Entrega

4.5.1 A contratada se compromete a realizar a entrega dos itens adquiridos, conforme ordem de fornecimento e com a devida segurança. O frete será por conta da contratada e deverá ser executado de acordo com as condições estipuladas no contrato. A contratada fornecerá informações claras e precisas sobre o acompanhamento do envio, garantindo que o cliente possa rastrear o produto até a entrega no endereço indicados na ordem de fornecimento.

4.6 Garantia da contratação

4.6.1 Os produtos deverão ter garantia contra defeitos de fábrica assegurando que quaisquer produtos defeituosos ou fora de conformidade técnica seja substituído imediatamente num prazo de até 5 (cinco) dias úteis

4.7 Aquisição de itens novos

4.7.1 Fica acordado entre as partes que todos os equipamentos fornecidos são novos e nunca utilizado, e que a contratante se compromete a fornecer exclusivamente produtos que atendam aos padrões de qualidade e especificações técnica requisitados. A aquisição de equipamentos usados ou reconicionados não será permitida, a fim de garantir a integridade, a durabilidade dos produtos fornecidos.

4.7.1.1 Requisitos Legais da Solução



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:

- Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- Decreto Municipal nº 4.121/2024, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito interno desta municipalidade;
- Decreto Municipal nº 4.122/2024, que traz regras de tramite processual, no âmbito interno desta municipalidade;
- Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei geral de proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Decretoº 12.343, de 30 de dezembro de 2024 que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
- Instrução Normativa SEGES/ME 81/2022, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras;

- **Requisitos Gerais da Solução**

Também são requisitos relevantes a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:

- aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual, municipal e normatizações relacionadas vigentes;
- compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;
- comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, a animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;
- aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;
- compromisso com o bem-estar, progresso profissional e pessoal de seus colaboradores;
- combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;
- adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a Unidade Requiritante dependente da Contratada;
- garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório.

-



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1.1 Todos os itens a serem adquiridos através do certame gerado por este termo de referência deverão ser entregues nos endereços a serem listados em suas respectivas ordens de fornecimento.
- 5.1.2 Cabe a Contratada arcar com os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos acessórios.
- 5.1.3 Ficará a cargo da Contratada a descarga dos produtos no endereço fornecido pela Contratante.
- 5.1.4 A Contratada deverá disponibilizar funcionários para a entrega dos itens e devidas movimentações no interior das Unidades, para que os itens sejam entregues no seu respectivo endereço e local adequado.
- 5.1.5 Os produtos requisitados deverão ser entregues acompanhados da documentação fiscal, juntamente com a cópia da Ordem de Fornecimento, devendo haver agendamento prévio junto a esta Administração Pública, por e-mail ou telefone.
- 5.1.6 A Contratante reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações, podendo cancelar o contrato e aplicar as sanções previstas na Lei Federal 14.133/21 e no decreto 4121/24
- 5.1.7 Os produtos deverão ser condicionados conforme as recomendações do fabricante, cabendo a Contratada garantir a proteção durante o transporte e estocagem.
- 5.1.8 Os materiais deverão ser embalados e armazenados em local adequado a fim de impedir a sua deterioração, até o momento de sua utilização.

6. estimativa do valor da contratação

- 6.1 Deverá ser designado gestores e fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da administração designados pelo Ordenador de Despesas, para exercer as funções estabelecidas neste regulamento. Conforme Art. 7º do Decreto Municipal 4121/2024.
- 6.2 As partes devem cumprir integralmente o contrato, conforme as cláusulas acordadas e as disposições da Lei nº 14.133/21, sendo responsáveis por quaisquer consequências decorrentes de sua não execução total ou parcial.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

6.3 Se houver impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será automaticamente estendido pelo período correspondente, sendo devidamente registradas essas circunstâncias.

6.4 As comunicações entre o Fundo Municipal de Educação e a contratada devem ser feitas por escrito sempre que necessário, sendo aceitável o uso de mensagem eletrônica para tal propósito.

6.5 O objeto fornecido será fiscalizado por servidores designados pelo Fundo Municipal de Educação, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

6.6 As exigências e a atuação da fiscalização pelo Fundo Municipal de Educação em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

6.7

6.8 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

6.8.1 Das obrigações do CONTRATANTE:

6.8.2 Efetuar o pagamento de acordo com preço e prazo estabelecido.

6.8.3 Não responderá pelos compromissos assumidos perante terceiros.

6.8.3.1 Fiscalizar a execução da contratação, o que não fará cessar ou dirimir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

6.8.3.2 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas

6.8.3.3 Notificar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

6.8.3.4 Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

6.8.3.5 Cumprir e exigir o cumprimento do disposto nas cláusulas do contrato podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

6.8.3.6 Poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação econômico-financeira.

6.8.3.7 Solicitar troca ou reparo pela garantia dos itens que apresentarem vícios ou defeitos.

6.8.4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.8.4.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.8.4.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na ordem de fornecimento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade.

6.8.4.1.2 A contratada deverá disponibilizar funcionários para a entrega dos itens e devidas movimentações no interior das Unidades, para que os itens sejam entregues no seu respectivo endereço e local adequado conforme ordem de fornecimento

6.8.4.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

6.8.4.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, em no máximo 10 (dez) dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos.

6.8.4.1.5 Comunicar a contratante, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.8.4.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.8.4.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.8.4.1.8 Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência e no Edital, inclusive no que se refere ao cumprimento das regras do controle de qualidade e quanto ao compromisso de fornecimento dos quantitativos solicitados.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

-
- 6.8.4.1.9 Responsabilizar-se pelos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários fiscais, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantias decorrente da execução do contrato.
- 6.8.4.1.10 Responsabilizar-se por danos causados a terceiros.
- 6.8.4.1.11 Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 6.8.4.1.12 Informar a contratante, conforme o caso, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.
- 6.8.4.1.13 Executar todos o fornecimento com mão de obra qualificada, devendo a contratada cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação objetos do presente Termo, no que couber.

6.9 Da LGPD

- 6.9.1 É estritamente necessário que a contratada observe as prescrições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que estabelece princípios, regras e diretrizes para o tratamento de dados pessoais por pessoas físicas ou jurídicas, tanto de direito público quanto privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade.

6.10 Fiscalização

- 6.10.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 6.10.2 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.10.3 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.10.4 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

-
- 6.10.5 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.10.6 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.10.7 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

6.11 Fiscalização Administrativa

- 6.11.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.11.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.11.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade

6.12 Gestor do Contrato

- 6.12.1 **Cabe ao gestor do contrato:**
- 6.12.2 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

- 6.12.3 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.12.4 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.12.5 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.12.6 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.12.7 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.12.8 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 7.1.1.1 Advertência;
 - 7.1.1.2 Multa;
 - 7.1.1.3 Impedimento de licitar e contratar;



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

-
- 7.1.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 7.1.2 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.1.2.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.1.2.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 7.1.2.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.1.2.4 Aos danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 7.1.2.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, desde que tal possibilidade já tenha sido objeto de regulamentação pelo Município de Arraial do Cabo.
- 7.1.3 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 7.1.4 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 7.1.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.1.6 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 7.1.7 Caberá recursos no prazo de 15 (quinze) dias úteis a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

- 7.1.8 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 7.1.9 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, que pode ser cobrada no mesmo processo sancionatório.

8. critério de medição e de pagamento

- 8.1.1 Cabe ao fiscal do contrato avaliar o caso concreto para fim de fixar prazo para as correções.
- 8.1.2 Na hipótese de verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 8.1.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 8.1.4 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custado da contratada, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2 DO PAGAMENTO:

- 8.2.1 O pagamento será efetuado obedecendo à ordem cronológica de vencimento das obrigações, conforme disposto no Artigo 141 da Lei Federal 14.133, que estabelece as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.
- 8.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- 8.2.3 o prazo de validade;
- 8.2.4 a data de emissão;



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

-
- 8.2.5 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.2.6 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.2.7 o valor a pagar; e
- 8.2.8 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.2.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 8.2.10 A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das documentações constantes no art. 68 da Lei 14.133/21.
- 8.2.11 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.2.12 Constatando-se junto ao Sicaf, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.2.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.2.14 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a Contratada a ampla defesa.
- 8.2.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao Sicaf.
- 8.2.16 Do prazo de pagamento:
-



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

8.2.17 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos a Contratada serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês.

8.2.18 Forma de pagamento:

8.2.19 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente, em nome da Contratada.

8.2.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.2.21 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na Nota Fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

8.2.22 Independentemente do percentual do tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.2.23 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.2.24 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

365



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

8.3 DO REAJUSTE:

- 8.3.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 8.3.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.3.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.3.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo(s).
- 8.3.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.3.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.3.8 Reajuste será realizado por apostilamento.

9. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 FORMA E SELEÇÃO:

- 9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, modo de disputa aberto conforme Art.6º Inciso XLI

9.2 EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

-
- 9.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 9.2.2 Certidão negativa de Débitos Junto à Fazenda Estadual;
- 9.2.3 Certidão negativa de Débitos referente à Dívida Ativa Estadual;
- 9.2.4 Cadastro junto ao SICAF;
- 9.2.5 Declaração de que não contrata menor, salvo na condição de aprendiz conforme Art. 7, inciso XXXIII CF88;
- 9.2.5.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 9.2.5.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 9.2.5.3 Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>.
- 9.2.5.4 Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede,¹ acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 9.2.5.5 Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme IN DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 9.2.5.6 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 9.2.5.7 Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
-



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

9.2.5.8 Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações da consolidação respectiva.

9.3 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante apresentar, conforme o caso, os seguintes documentos:

9.3.1 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

9.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

9.3.3 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a fazenda nacional, mediante apresentação e certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.5 Prova da regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

-
- 9.3.6 Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.3.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 9.3.8 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova da inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.
- 9.3.9 Comprovação de idoneidade no CEIS e CNEP e Declaração de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 9.4** Para fins de comprovação da qualidade econômico-financeira, deverá o licitante apresentar, o(s) seguinte(s) documento(s):
- 9.4.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.
- 9.4.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- 9.4.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 9.4.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 9.4.3.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.
-



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

9.4.3.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela

Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

9.4.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) valor total estimado do item pertinente.

9.4.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.4.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FONTE					
1	CAMINHAS EMPILHÁVEIS	https://www.fantasyplay.com.br/caminha-empilhavel-colorida--comprimento-135.16040.html					
		https://www.magazineluiza.com.br/cama-crianca-infantil-acrimet-empilhavel-713-1-cor-rosa/p/ck63k7659a/mo/cmin/					



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		ATA FINAL REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - PE36/2024	████	████			
2	LENÇOL PARA COLCHONETE COM ELASTISCO	ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 150/2024- CPL/ALICC	████	████	████	████	████
		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2024 - FME - PREFEITURA DO BOM JARDIM	████	████			
		https://www.magazineluiza.com.br/lencol-avulso-solteiro-400-fios-com-elastico-branco-barato-beatriz-enxovais/p/ebkck5c56j/cm/lenc/?utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=bing_eco_per_ven_sho_all_sor_3p_all-products-std&partner_id=77025&utm_term=77025&gclid=491f7f08d49319c8fd0818a8639ca14f&gclidsrc=3p.ds&msclkid=491f7f08d49319c8fd0818a8639ca14f	████	████			
3	TOALHA DE BANHO	ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 150/2024- CPL/ALICC	████	████	████	████	████
		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2024 - FME - PREFEITURA DO BOM JARDIM	████	████			



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		https://www.amazon.com.br/Toalha-Banho-Bebe-Infantil-Menina/dp/B0CQGHMG99/ref=sr_1_6?dib=eyJ2ljojMSJ9.9yp8iUpNfLamVhQMEYYNcOUwJlmiTtsc3BLfndkSgYD8n6BZclp-vosGcyAwaWLjbSeLH23U0XVOAp7IMfLaiKaNynPuXVwNzWnZXOhn7LtCwxWt8-SiAdR2OkyR7PSLmtN7LOWbGXgEUuxjiwmuNobft5mMXmEWGpeHetC2ECbv2bTXy41hForMU_rDzcPnF-Vi5sdTvCVogFenIVoFv3_wOHaquH2itdNmfaToGjXS0uj79d9fFbybw1xDmDg5lpXlc1Z2RmYsvHvkmxChULGsezqdTCYEI1izxxZ9M.64tQ6NijDLcrZ42HftYmOP8KEtrIwoOsCRgX0VcKF4Y&dib_tag=se&keywords=toalha%2Bde%2Bbanho%2Binfantil&qid=1744716683&sr=8-6&th=1					
4	TOALHA DE ROSTO	ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 150/2024- CPL/ALICC					
		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2024 - FME - PREFEITURA DO BOM JARDIM					
		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2024 - IFFar					
5	COLCHONETE	ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2025 PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ (https://pncp.gov.br/app/atas/83102467000170/2024/137/10)					



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 303/2024 PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBURIÚ (https://pncp.gov.br/app/atas/83102285000107/2024/483/3)	■	■			
		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2024 MUNICÍPIO DE BIRIGUI (https://pncp.gov.br/app/atas/46151718000180/2024/475/5)	■	■			
6	COPO COM BICO	ATA Nº014-076/2024 PREFEITURA DE JACUPIRANGA	■	■			
		https://www.lojascacula.com.br/copo-250-ml-chuquinha-r470124-398147-2/p?idsku=7487&gad_source=1&gclid=Cj0KCQiA1p28BhCBARIsADP9HrOAxd_F-MzOMtJMiZSYNXFrmN-VoFlgcu1wCVaeBkC3vgpyOhnJowaAnHtEALw_wcB	■	■	■	■	■
		https://www.americanas.com.br/produto/7167537053/copo-de-treinamento-com-alca-buba-260ml-bico-silicone-rosa?pfm_carac=copo-com-bico-de-silicone&pfm_index=1&pfm_page=search&pfm_pos=grid&pfm_type=search_page&offerId=63db0851401db3b86bd7be74&cor=Rosa%20Claro&tamanho=%C3%9Anico&condition=NEW	■	■			



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

7	BANHEIRA INFANTIL (PÉS DOBRÁVEIS)	https://www.magazineluiza.com.br/banheira-de-bebe-kiddo-maresias-cinza/p/238454600/bb/ifba/?&seller_id=magazineluiza&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=77947&utm_campaign=google_eco_per_ven_pla_all_a_po_1p_adv-funnel-trafego-csp&utm_content=&partner_id=77947&gclid=aw.ds&gad_source=1&gclid=Cj0KCQiA1p28BhCBARIsADP9HrNad4tkOmpC3_rPUAUmDWixjXocVYr4Y0Q8hE9uRrj8DarEjlb3wQ8aAkVzEALw_wcB	██████	██████			
		https://www.americanas.com.br/banheira-de-bebe-com-trocador-desmontavel-kiddo-shower-cinza-7475951227/p?idsku=2234613&srsId=AfmBOoqq8E7zjAshwRmXuQhjggD22If-pQNaOk9_DKAfUX7CqbGlrWKCPi8	██████	██████	██████	██	██████
		https://www.amazon.com.br/Banheira-Bebe-Portatil-Burigotto-Millenia/dp/B0964FR2L8/ref=asc_df_B0964FR2L8/?tag=googles-hopp00-20&linkCode=df0&hvadid=709857676524&hvpos=&hvnetw=g&hvrnd=325150970739198712&hvpon=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&hvdvcmdl=&hvlocint=&hvlocphy=9074296&hvtargid=pla-1372013393503&mcid=d13c6151043f3a6bb24cf58f14b7eb2a&gad_source=1&th=1	██████	██████			
8	BANHEIRA INFANTIL	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2023 - PREFEITURA MUNICIPAL DE OURILÂNDIA DO NORTE	██████	██████	██████	██	██████
		CONTRATO Nº 00207/2024-CPL - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI	██████	██████			



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		https://www.amazon.com.br/Banheira-Beb%C3%AAGG-Capacidade-Litros-Arqplast/dp/B0BL3S177D?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=fplfs&smid=A1GMRWKA88SF3&th=1					
9	SAPATEIRA COLMEIA	https://www.magazineluiza.com.br/sapateira-colmeia-infantil-organize-espacos-kids-com-diversao-valentina-brinquedos/p/gg2gb1e7b8/mo/sapt/					
		https://www.fantasyplay.com.br/sapateira-colmeia-6-pares.16333.html					
		https://www.americanas.com.br/produto/2059569699/sapateira-colmeia-cada-modulo?pfm_carac=sapateira-colmeia&pfm_index=4&pfm_page=search&pfm_pos=grid&pfm_type=search_page&offerId=60243b540c0704426673bf60					
10	BANDEJAS PLASTICAS	https://www.americanas.com.br/bandeja-plastica-organizadora-multiuso-della-plast-5-litros-branca-1662435441/p					



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		https://www.amazon.com.br/Bandeja-Pl%C3%A1stica-A%C3%A7ougue-Multiuso-Litros/dp/B0CD2YD3M1/ref=sr_1_1_sspa?dib=eyJ2IjoiMSJ9.Og5xw8-NMSTw8NunPky9vTlfrWsaY6X-KnVVznYXK25vOCxjDv630P7ykKtTnVPXQ7YCcLNaKm2Xo06s7-u2X9nJgDkcwJiSDeDBmgC2i64g1i7kWG2TT8lws0fNG6DtK4gYCa_p--bHO7dSTY1seohKIWfzhc5JWIHQ2g8VdP4DNYzk8ScWMylkwZO7fkZRqk-JjdEEI6L1dEgERdv6cSuyAa-8lte1hHAeNIQMtyXRvOIJAIOTVWiNX3tnHuo_BrVhsxrqh8qKrmWBjvTZNaPulrnK_THh_SsvPk8.Kfw6STAOodx8bxRMe1WPAPL7VCqa0dWTDuEGbKCZ9bA&dib_tag=se&keywords=bandeja+plastico&qid=1744055421&sr=8-1-spons&sp_csd=d2lkZ2V0TmFtZT1zcF9hdGY&psc=1					
		https://www.magazineluiza.com.br/bandeja-biopratika-55l-29x75x35cm-0767-bandeja-servir-pleion/p/hh16g7c9f4/ud/band/					
11	CABIDEIRO PARA MOCHILAS 5 GANCHOS	https://www.magazineluiza.com.br/cabideiro-branco-e-pinus-60x10x115cm-organizador-infantil-tendencia7/p/ha7c2d8k44/ud/cbiri/					
		https://www.elo7.com.br/cabideiro-branco-e-pinus-60x10x115cm-organizador-infantil/dp/1312A8B					



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		https://www.amazon.com.br/Cabideiro-Branco-60x10x11-Organizador-Infantil/dp/B0CG2MG5GX					
12	ESCOVA DE CABELO	https://www.amazon.com.br/Escova-Colors-Mini-Ricca-Multicolor/dp/B07D7JRJPQ/ref=sr_1_1?dib=eyJ2ljojMSJ9.Aqluprb e3MD0Zby5g4yexzhEOj8q9vZ7Vg6OVRvVOjQRgSvw5DheprxljhdUcOKDXUqlADdOqrLbHgfojlOz_SIS85LmXd6rBXxj3Xd94qXvoRHau2z9bBv-5juAla95hKBSQGZxyKebANIZzQ34eag9tsna55wvAGy8wzVp3ehl-UQdkfsc6m8D06UD5IOIU9Rzl-ZEKdcLjtLO0Grp6wK_ZK6vcsY9bgxEedh75FTmQvnou7KQETxV-gxGRrZeypJyO_f_OP9tDcwNKL_Vx5B23S_dXMbLaZjnOh_3wa8.eMBiwGzpTBghhuYJINA0iffZCWKc-vJOk12b9zMXsX4&dib_tag=se&keywords=escova+de+cabelo+infantil&qid=1744718734&sr=8-1					
		ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2024- PREFEITURA DE OLHO D AGUA DAS FLORES - AL					
		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2024 - FME - PREFEITURA DO BOM JARDIM					
13	PENTE DE CABELO	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2024 - MUNICÍPIO DE GUARAPARI ESTADO DO ESPIRITO SANTO					



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		https://www.freewayatacado.com.br/pente-shock-ash-65?parceiro=3629&srsId=AfmBOoquUxZITY59Gkr9PA6jDYPKHpVBv1QzBQcJb6-drxlzS7GHTO8b31M	████	████			
		ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2024- PREFEITURA DE OLHO D AGUA DAS FLORES - AL	████	████			
14	TAPETE ANTI-DERRAPANTE PARA BANHEIROS	https://www.americanas.com.br/produto/7452168031/tapete-banheiro-antiderrapante-c-ventosa-box-chuveiro?pfm_carac=tapete-antiderrapante-para-banheiro&pfm_index=2&pfm_page=search&pfm_pos=grid&pfm_type=search_page&offerId=64a41a1a579fbc8d9114ab48&cor=Azul&condition=NEW	████	████	████	████	████
		https://www.amazon.com.br/Tapete-Aderente-Antiderrapante-Banheiro-Arqplast/dp/B09YDKTDRT/ref=asc_df_B09YDKTDRT/?tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=710048990087&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=16329204064578351590&hvpone=&hvptwo=&hvmmt=&hdev=c&hvdvcmdl=&hvlocint=&hvlocphy=9074296&hvtargid=pla-1720535696566&mcid=98c699d75ac1304380a0fb958a596249&gad_source=1&th=1	████	████			



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		https://www.casasbahia.com.br/apete-banheiro-antiderrapante-c-ventosa-box-chuveiro-1560194121/p/1560194121?utm_medium=Cpc&utm_source=GP_PLA&IdSku=1560194121&idLojista=194673&tipoLojista=3P&gclid=aw.ds&utm_campaign=cb_mkp_gg_pmax_tudo&gad_source=1&gclid=CjwKCAiA74G9BhAEEiwA8kNfpVDejf4n5-4K8MfQIDSnUSljCYjyMHB_0HXc4rX62IaDWaofrn8d4RoCPe0QAvD_BwE					
15	ESPELHO	https://www.casasbahia.com.br/espelho-acrilico-quarto-do-bebe-nenem-montessoriano-80x20cm-13503697/p/13503697?utm_medium=Cpc&utm_source=google_freelisting&IdSku=13503697&idLojista=12231&tipoLojista=3P&srsltid=AfmBOop6jQ-V60vNQYsZ86aLh9aKriq1kvs3aG9ICtLPQI-o7IZWjsTs77U					
		https://www.americanas.com.br/produto/5287416387/espelho-acrilico-quarto-do-bebe-nenem-montessoriano-80x20cm?offerId=62ad459e2376eb9c72895e6b&opn=YSMESP&srsltid=AfmBOordzN699GGhdY83u1vyXI2atJQKlqjoRZD9MzNJ8sV1uxQ9-lqegBQ&cor=Espelhado&condition=NEW					
		https://www.magazineluiza.com.br/espelho-acrilico-quarto-do-bebe-nenem-montessoriano-80x20cm-visual-laser/p/add01df97/de/elde/?seller_id=oliststore&srsltid=AfmBOoq6K5Lh7hYWJAQwk80VTgwMBQuD_qgn9WuL2zIdc7W92hVqeUQceE0					



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

16	ALMOFADA	https://www.americanas.com.br/almofada-futon-decoracao-45x45-cm-amarelo-novita-7497900552/p	██████	██████			
		https://www.magazineluiza.com.br/almofada-futon-novita-45x45cm-artesanal-macia-assento-cadeira-sofa-poltrona-canto-alemao-acacia-decoracoes/p/cdec6062a/mo/moal/	██████	██████	██████	██	██████
		https://www.amazon.com.br/ALMOFADA-FUTON-NOVITA-45X45-BEGE/dp/B0BL1Q9K2R	██████	██████			
17	CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO	https://www.magazineluiza.com.br/cadeirinha-de-refeicao-alimentacao-bebe-burigotto-poke/p/cf7287b0h9/bb/alta/?seller_id=lojasrozinelli	██████	██████			
		https://www.carrefour.com.br/cadeira-de-alimentacao-portatil-burigotto-poke-preta-suportate-15kg-6688934/p?utm_medium=sem&utm_source=google_pmax_1p&utm_campaign=1p_performance_max_textil_geral_textil&gad_source=1&gclid=CjwKCAiA74G9BhAEEiwA8kNfpdt6HmfJ-zHHq8QelXDvuCRZxdxS4BFDQA4rsv0qfhhLzo6STPJvmRoCghQQAvD_BwE	██████	██████	██████	██	██████



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		https://www.amazon.com.br/Burigo-CADEIRA-REFEI%C3%87%C3%83O-POKE-NIGHT/dp/B09LRDGH1Q/ref=asc_df_B09LRDGH1Q/?tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=709968341212&hvpos=&hvnetw=g&hvrnd=15473620170440846294&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&hvdvcmdl=&hvlocint=&hvlocphy=9074296&hvtargid=pla-1490736640521&mcid=26f1c60ce1f23f1b850215ea12a214ef&gad_source=1&th=1					
18	LENÇOL PARA COLCHONETE SEM ELÁSTICO	ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 150/2024- CPL/ALICC					
		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2024 - FME - PREFEITURA DO BOM JARDIM					
		https://www.americanas.com.br/produto/7468435154/lencol-de-cama-400-fios-solteiro-micro-percal-aveludado-toque-macio-sem-elastico?pfm_carac=lencol-solteiro-sem-elastico&pfm_index=1&pfm_page=search&pfm_pos=grid&pfm_type=search_page&offerId=650364d6cc55309385f34a13&cor=Marrom&condition=NEW					
19	BICO PARA MAMADEIRAS	https://www.paguemenos.com.br/bico-avent-petala-silicene-tamanho-4-com-2-unidades/p?srsId=AfmBOoq8Am1d8_XDINpqSKm20a1_XzOSnprm-lIwuElmdDtrUZoStNJK					



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		https://www.amazon.com.br/Bico-P%C3%A9tala-3-0-T4-3m/dp/B0C9KXVG9T/ref=sr_1_1?__mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&crd=2TI78HPA3026Y&dib=eyJ2Ijo1MSJ9.1iVT6f6dPulFN39DAsQ2mJrimD8brX1RKcwqd6RApEowNTYD3n4_65xK5F39uq5NBPO70LEkrTJJYbOvYIOAOYAA1-Ygail9C_U5ryetByWGrgxCDzuyfluEYjxaORwFGYJ7NFwAyDSU4zHcti2XsZPxhxSYWhRODJQRcnAmxpqeFHUr0nLBtXmnm6NxuAkKttG_fBMjUmzrl6ndL8H0UIONKcaySymmvvMOKeQfQ3nyMeUO5snxtA-FynSIU3vvUuowtnQsyD3IHlq6rizd4gyu2CqchlRUaxeX4L_pQgVOW3Hf6Xz6GN28kJS_oWRDYjTW09dSBd1tjFANXKuE1W_R5voKu96ODTV1JzsVLh2DHGD8cIsouTWbHzH_Q32_97d-2lvaJbUANI-yXg67fyTVgkOgaR60MD-4kZjXr8HJmmMUqCVuNqKyFUi6W.ni_dhTyFQkUfkncrq-NjVF2a-miO7J_bPGQDHJ802eU&dib_tag=se&keywords=bico+mamadeira+avent+p%C3%A9tala+4&qid=1743012004&srefix=bico+mamadeira+avent+petala+4%2Caps%2C190&sr=8-1&ufe=app_do%3Aamzn1.fos.6d798eae-cadf-45de-946a-f477d47705b9					
		https://www.alobebe.com.br/bico-petala-fluxo-4-com-2-unidades-philips-avent--scy964-02/p?srsltid=AfmBOoqFGlKe-XMoEan4k_9Bmyj_XMn5JzQPYywSzUI1fJyJL1UFjZIJ					
20	MAMADEIRAS	https://www.drogaraia.com.br/avent-mamadeira-petala-natural-330ml.html					



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		<p>https://www.amazon.com.br/Mamadeira-P%C3%A9tala-3-0-330ml-Transparente/dp/B0C9L6KXQB/ref=sr_1_19?dib=eyJ2ljoiiMSJ9.XjrxjQzuKh0ZkjgyrtVmHPkdSSnY0-m122slpvcbchfMP_5nflznw0BXjpSfHB05jmYbVhdJkfacsA17pGDe_Rb5pucR9lmuXV-bx5cx-fy4Y1AM395f3JJlwG5CS6VGORAbpg850ltegMQNizKd7HCwEpyQ8oIOCDMvKDAk4OAUW5brce1uNINT6RzB1nY9rrw4OtYaTv8TuNoXl-kDtWOyLTg8mXgmTgbG5jxyo0y4kHge4CDYsyphFajsQlmwq_UyfZS6E8t-Y7JvDERgV_iQ0zTJr_7xMbVL_CouJnPbYk1sWnD3wwt8GnzHPBDykPyihXoTsSaddhYyEomie_c23LSKrJbIES_M8O3GCHPM_C1rL32eCHZHx0o_bDxpGmlTsXOY4noogQcVntDrWAWm7CiiTiQYuH6Ek_4kjOw4F7ozibEeYyz8Hgd8oTM.skZhUUKMWzfqlZaokSeM_WBteL9svnhC3stx08HzPnw&dib_tag=se&keywords=kit+mamadeira+avent+petala&qid=1743009267&sr=8-19&ufe=app_do%3Aamzn1.fos.6d798eae-cadf-45de-946a-f477d47705b9</p>					
		<p>https://www.magazineluiza.com.br/mamadeira-petala-3-0-330ml-transparente-philips-avent-3-a-6m/p/dgbkc4bk18/bb/bmam/</p>					
21	ESTERILIZADOR DE MAMADEIRAS	<p>https://www.amazon.com.br/Estertilizador-Microondas-Philips-Avent-Branco/dp/B07G8QLGSR</p>					



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		https://www.americanas.com.br/produto/113075922/esterilizador-a-vapor-para-micro-ondas-philips-avent?pfm_carac=esterilizador-de-mamadeira-avent&pfm_index=1&pfm_page=search&pfm_pos=grid&pfm_type=search_page&offerId=5cb0d70df216c95bde6dc181&buyboxToKen=smartbuybox-acom-v2-ad32273e-f69e-432e-92de-7740fbd22f85-2025-03-20%2014%3A29%3A01%200000-none-default&cor=Incolor&condition=NEW					
		https://www.magazineluiza.com.br/esterilizador-para-mamadeiras-avent-multikids/p/jd703g0667/bb/beza/					
22	ESCOVA PARA HIGIENIZAÇÃO	https://www.amazon.com.br/Escova-Para-Mamadeira-BUBA-Azul/dp/B08JHYKYNZ/ref=sr_1_5?__mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&crd=2OA1703QZ0N06&dib=eyJ2ljojMSJ9.TmA45Jm1hVHnwdkfo7GFgyc_SDtq_O_0RtvOrKhobjDIThFquEaMI0T8TqAyNJLqsgt01ETrpEySrZFUilY52o-9oKXv688faKFH8H94mEFebZx2XzDdRCkyzgKzvGNBK-Qy09NsvTN4u_Pzx883s4EvMaVxphwBcksQpvnvqCFlo35XEc18kYeRUYFD3lbmoTyysG1NaFnHUK9AJm65sZi61Cjhe5nuJ-IJDnWMD_k7il1HkhE9EDFjBo5oKG2Vmk57b-Fa2zAW75K8DIYdNBzDeSJ_ACXOth2ewZ6wOW2CDfS6SGckplZak8Lu4UcD8t1bYAd7LY0JobxxRKKof5WIm0cHjtPBmoK8SpptowU.aOCTv1YIFi7ulqPFicFI3ofl5zgdRk5Lv8IZYYMnrs8&dib_tag=se&keywords=escova+para+mamadeira&qid=1743008718&s=baby-products&sprefix=escova+para+mamadeir%2Cbaby%2C243&sr=1-5					



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

		https://www.americanas.com.br/produto/5907724445/escova-para-mamadeira-com-limpador-de-bico-azul-12728-buba?pfm_carac=escova-para-mamadeira&pfm_index=7&pfm_page=search&pfm_pos=grid&pfm_type=search_page&offerId=632072e29064f2befb1562ed					
		https://www.magazineluiza.com.br/escova-para-mamadeira-com-limpador-de-bico-azul-12728-buba/p/ggh2cj54j6/bb/esva/					
23	CADEIRA DE AMAMENTAÇÃO (poltrona)	https://www.magazineluiza.com.br/poltrona-de-amamentacao-com-puff-rikka/p/khgk3946k3/mo/mpol/					
		https://www.americanas.com.br/produto/7502228033/poltrona-de-amamentacao-quarto-infantil-com-puff-kate-pes-palito-veludo-bege-new-belle					
		https://www.madeiramadeira.com.br/poltrona-de-amamentacao-quarto-infantil-com-puff-kate-pes-palito-linho-bege-new-belle-kate-dia-das-394852264.html					



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

TOTAL DE TODOS OS ITENS	
--------------------------------	--

10.1 A estimativa do valor da contratação é de R\$ 2.453.877,05 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, oitocentos e setenta e sete reais e cinco centavos), conforme tabela acima.

10.2 Os parâmetros utilizados para obtenção dos preços, bem como os documentos que dão suporte como memória de cálculo encontra-se presente em anexo ao Estudo Técnico Preliminar nº 08/2025 – FME

10.3 O método utilizado foi a média.

11. da dotação orçamentária

18.001.002.12.365.0018.2.076 Manutenção da Educação Infantil - Creche FICHA 615-3.3.90.30.00.00 Aplicações Diretas (material de consumo) - FR: 2.573.0000 Royalties Vinculado à Educação;
18.001.002.12.365.0018.2.076 Manutenção da Educação Infantil Creche FICHA 6164.4.90.52.00.00 Aplicações Diretas (equipamento e material permanente) - FR: 2.573.0000 Royalties Vinculado à Educação.

Arraial do Cabo, 15 de outubro de 2025

Elaborado por:

Gabriel Vieira Mota Felix
Assessor de Elaboração de Documentos Técnicos
Matrícula nº 67.181

Aprovado por:

Bernardo Martins Alcantara Veiga da Silva
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia, Esporte e Lazer
Matrícula 56.963



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

**ANEXO II –
PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO OBTIDA ATRAVÉS DA PESQUISA DE PREÇOS**

Item	Descrição Resumida	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CAMINHAS EMPILHÁVEIS	3.272	UND		
2	LENÇOL PARA COLCHONETE SEM ELASTISCO	9.815	UND		
3	TOALHA DE BANHO	9.815	UND		
4	TOALHA DE ROSTO	3.272	UND		
5	COLCHONETE DE ESPUMA	3.272	UND		
6	COPO COM BICO	4.475	UND		
7	BANHEIRA INFANTIL (PÉS DOBRÁVEIS)	32	UND		
8	BANHEIRA INFANTIL	60	UND		
9	SAPATEIRA COLMEIA (CORES DIVERSAS)	500	UND		
10	BANDEJAS PLASTICAS	332	UND		
11	CABIDEIRO PARA MOCHILAS 5 GANCHOS	500	UND		
12	ESCOVA DE CABELO	3.272	UND		
13	PENTE DE CABELO	3.272	UND		
14	TAPETE ANTI-DERRAPANTE PARA BANHEIROS	120	UND		
15	ESPELHO	133	UND		
16	ALMOFADAS QUADRADAS	636	UND		
17	CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO	75	UND		
18	LENÇOL PARA COLCHONETE COM ELÁSTICO	9.815	UND		
19	KIT 2 MAMADEIRAS	32	UND		
20	ESTERILIZADOR DE MAMADEIRAS	21	UND		
21	ESCOVA PARA HIGIENIZAÇÃO	32	UND		
22	KIT DOIS BICOS DE MAMADEIRA	32	UND		
23	CADEIRA DE AMAMENTAÇÃO (poltrona)	8	UND		
Valor Total R\$ =					



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

ANEXO III – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA** (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária.
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária.
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI.

1.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. **HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA** (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União
- c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual.
- c.1) Obs.: não se aplica no caso de contratação de serviço.
- d) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos mobiliários e incidentes sobre o objeto desta licitação;
- e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b1) Na hipótese em que a certidão de recuperação judicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial em vigor, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação das propostas.

4. **HABILITAÇÃO TÉCNICA** (art. 67 da Lei 14.133/2021)



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A comprovação se dará mediante a apresentação de ATESTADO(S) fornecidos por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação, independentemente da quantidade, restritos às parcelas de maior relevância abaixo indicadas:

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo II – A, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021).
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021).
- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021).
- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021).
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.arraial.rj.gov.br.
- h) No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido.

i) No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra.

j) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

k) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

l) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

m) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Observação: No caso de indisponibilidade dos documentos poderão ser apresentadas as respectivas publicações no Diário Oficial competente.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº x x x x x x , sediada na x x x x x , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

1. Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
2. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
3. Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
7. Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.arraial.rj.gov.br
8. No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
9. No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
10. Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
11. está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

12. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

13. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

xxxxxxx. xxx de xxxxx de 2026

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026
PROCESSO Nº: 2259/2025

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(Enviada junto da documentação com os valores finais)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026
PROCESSO: 2259/2025

A empresa abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente proposta.

Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: (____) _____ CNPJ: _____

E-mail: _____

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1						
2						
3						
Valor Total R\$ =					R\$	

O valor da proposta é de R\$ XXXX,XX (por extenso)

1) Declaro que a proposta ofertada inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de Pregão Eletrônico nº xxx/2025.

2) O prazo de validade desta proposta comercial é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO: CONTA CORRENTE:

Arraial do Cabo, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

ANEXO V – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRÁIAL DO CABO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/20...]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantid ade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de, para eventual futura contratação, nos termos definidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

3.2 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do gerenciador e dos participantes, quando houver, e de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quinta.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

3.3 A Administração poderá realizar licitação ou contratação direta para a aquisição de mesmo objeto da presente Ata, desde que devidamente motivada, observado o disposto no art. 26, parágrafo único, do Decreto nº 48.843/2023.

3.4 Esta Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal de Compras do município.

CLÁUSULA QUARTA: DO FORNECEDOR, DO GERENCIADOR, DOS PARTICIPANTES E DAS ATRIBUIÇÕES

4.1 O(s) fornecedor(es) desta Ata de Registro de Preços é(são) (indicar a(s) sociedade(s) empresária(s)), na forma do Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços.

4.1.1 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

4.2 O gerenciador desta Ata de Registro de Preços é (indicar o órgão ou entidade).

4.2.1 São atribuições do gerenciador:

- a) aferir, semestralmente, a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;
- b) divulgar os preços registrados e suas atualizações no Portal de Compras do município do Rio de Janeiro;
- c) praticar todos os atos de controle e gerenciamento dos quantitativos das Atas de Registro de Preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades;
- d) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade, obedecendo à ordem de classificação do certame e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da respectiva ata;
- e) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse em participar do registro de preços durante o período de divulgação da Intenção de Registro de Preços;
- f) convocar os proponentes remanescentes, nas hipóteses autorizadas por esta Ata e pelo Decreto nº 48.843/2023, observada a ordem de classificação;
- g) conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados; e
- h) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do disposto no Decreto nº 48.817, de 24 de novembro de 2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

4.3 São participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública direta (**verificar quem são os participantes e listar**) .

4.3.1 São atribuições dos participantes:

- a) auxiliar tecnicamente, por solicitação do gerenciador, as atividades previstas nos incisos VIII, IX e XI do caput do art. 6º do Decreto nº 48.843/2023;
- b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

- c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;
- d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e
- e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no Decreto nº 48.817/2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA QUINTA: DA ADESÃO A ATA

5.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

5.7 Dos limites para as adesões

5.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA: DOS NÃO-PARTICIPANTES



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

6.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por qualquer órgão ou entidade dos municípios, que não tenham participado do certame <OU> da contratação direta, ora denominados não-participantes.

6.2 Podem também ser considerados não-participantes os órgãos ou entidades municipais, resguardadas as disposições de cada ente.

6.4 Após a autorização do gerenciador, o não-participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

6.4.1 O prazo acima poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativa e autorização pelo gerenciador, e requerimento do não-participante, respeitado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5 São atribuições dos não-participantes:

a) aceitar todas as condições fixadas na Ata de Registro de Preços;

b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;

d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e

e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no Decreto nº 48.817/2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO REGISTRADO

7.1 O preço unitário de cada item registrado é o constante da(s) proposta(s) final(is), cujos valores estão reunidos no Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços.

7.2 Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, na ordem de classificação.

7.3.1 Caso o(s) fornecedor(es) cadastrado(s) para o item ou lote não aceite(m) reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado deverá(ão) ser liberado(s) do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.2 Havendo a liberação do(s) fornecedor(es), nos termos do item 7.3.1, o órgão gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no art. 19, § 3º, do Decreto nº 48.843/2023.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

7.3.3 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 32 do Decreto nº 48.843/2023 e da cláusula décima desta Ata, com a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.3.5 Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, ser-lhe-á facultado requerer ao gerenciador a alteração dos preços registrados, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.4.1 O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas, cabendo ao gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.4.2 Na hipótese de deferimento do pedido, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.4.3 O fornecedor do compromisso assumido poderá ser liberado pelo gerenciador, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidades administrativas, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

7.4.4 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do art. 31 do Decreto nº 48.843/2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, e em outras legislações aplicáveis.

7.4.4.1 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 7.4.4, o gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no art. 19, § 3º, do Decreto nº 48.843/2023.

7.4.4.2 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5 Os novos valores a serem registrados, conforme itens 7.3.5 e 7.4.2, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

7.6 Os preços registrados poderão, ainda, ser reajustados, reequilibrados ou repactuados, conforme estabelecido no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/ 2021.

6.6.1 O reajustamento ou repactuação poderá ser efetuado mediante apostilamento.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

CLÁSULA OITAVA: VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

8.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, mediante termo aditivo, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos, observados os seguintes requisitos:

8.2.1 renovação dos quantitativos inicialmente registrados;

8.2.2 deverá ser indicado expressamente o prazo de prorrogação;

8.3 Deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

8.3.1 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

8.3.1.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

8.3.1.2 Mantiverem sua proposta original.

8.3.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

8.3.3 O registro a que se refere o item 8.3.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

8.3.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.3.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.3.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

8.3.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

8.3.6 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA: REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

9.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.6 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CIÁUSULA DÉCIMA: CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1 Por razão de interesse público;

10.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, inclusive, o prazo de vigência dos contratos a serem celebrados, a garantia, o pagamento, o reajuste



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

ou repactuação, encontram-se definidos no instrumento convocatório, quando houver, no Termo de Referência e no contrato.

11.1.1 Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 A contratação realizada pelo gerenciador e pelos participantes será formalizada, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, por intermédio de instrumento contratual (Anexo IX do Edital – Minuta de Contrato) <OU> emissão de nota de empenho de despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

12.2 Compete ao gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

12.3 Compete aos participantes e aos não-participantes aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

12.4 A aplicação das penalidades deverá observar o procedimento estabelecido no instrumento convocatório e contrato, quando houver, e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

13.1 Fica eleito o Foro de Arraial do Cabo para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data
Assinaturas



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026
PROCESSO Nº: 2259/2025

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado

Anexos:

Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços

Anexo II – Cadastro de Reserva

Anexo III – Relação de órgãos/entidades participantes



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____ / ____

ÓRGÃO GERENCIADOR:

OBJETO:

FORNECEDOR:

<u>ITEM</u>	<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE E TOTAL REGISTRAD A</u>	<u>UNIDADE DE MEDIDA (ex.: m², item, litros, kg, pacote etc.)</u>	<u>PREÇO UNITÁRIO</u>



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

Anexo II – Cadastro de Reserva

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/202....

ÓRGÃO GERENCIADOR:

OBJETO:

FORNECEDOR nº1 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua,
Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato
por, cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade;

FORNECEDOR nº2 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua,
Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato
por, cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade;

FORNECEDOR nº3 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua,
Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato
por, cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade;

<u>FORNECEDOR</u>	<u>ITEM</u>

Anexo III – Relação de órgãos/entidades participantes



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo nºxxx/202x)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/202x,
QUE FAZEM ENTRE SI O
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA
XXXXXX.

O XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua xxxxxxxxx, na cidade de Arraial do Cabo/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal XXXXXX, o Sr. XXXXXXxxxxxxxxxx, nomeado(a) pela Portaria nº xxxx, de xxx de xxxxx de 202x, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx., doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA xxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº .xxxxx., sediado(a) na xxxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. (a) xxxxx (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxx/202x e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Dispensa Eletrônica Eletrônico nº xxx/202x*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de xxxxxxxxxx, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Global
1			

1.2 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação;
- O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;
- A Proposta do CONTRATADO, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **XXX (meses ou ano(s))**, contados do(a) **XXX**, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, de que a forma do fornecimento tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que o fornecimento tenha sido realizado regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade do fornecimento;
- d) manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o CONTRATADO mantém as condições de habilitação; e
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do Contrato, nas seguintes condições:

- 4.1.1 requerimento prévio do CONTRATADO, com a explicitação de seus motivos e necessidade;
- 4.1.2 comprovação pelo CONTRATADO da capacidade técnica do subcontratado, em relação à parcela subcontratada, se exigida do licitante; e
- 4.1.3 justificativa e autorização pela autoridade competente, que deverá avaliar, também, a qualificação técnica do subcontratado.

4.2 É vedada a subcontratação total ou da parcela principal do objeto, que é aquela discriminada no item do Termo de Referência e item do Edital.

4.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

4.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento será feito mediante a apresentação de Nota Fiscal de

6.2 A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea b, da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 48.817/2023.

6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

6.4 Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá verificar:

a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;

b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação

6.4.1 Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

6.4.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.4.3 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

6.4.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

6.5 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

6.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.2 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

6.9 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo CONTRATADO, ficando vedada a emissão de nota de empenho do CONTRATANTE diretamente aos subcontratados.

6.10. A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano da data do orçamento estimado, mediante solicitação do CONTRATADO, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6 O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

7.7 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i.1) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 dias.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Entregar o objeto acompanhado, se for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b) Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

- d) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.
- g) Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
- h) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- h1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- h2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- h3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede do CONTRATADO, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
- h4) Certificado de Regularidade do FGTS; e
- h5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- i) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Contrato.
- j) Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- l) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- m) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

- o) Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- p) Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).
- q) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).
- r) No caso de aprendiz, a comprovação do cumprimento do art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho se dará pela apresentação da certidão, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sem prejuízo do item 9.1.16.1.
- s) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.
- t) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto do Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.
- u) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.
- v) Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- w) Caso o valor do Contrato se enquadre no limite previsto na legislação vigente, manter Programa de Integridade, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.
- w1) Caso o CONTRATADO ainda não tenha Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente Contrato, na forma da legislação vigente.
- x) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Constitui infração administrativa, a prática, pelo **CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

11.1.2. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

11.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

11.1.4.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.4.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.4.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.4.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.4.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

11.1.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.5.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

11.1.8. fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.9.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

11.1.10. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

11.1.11. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 11.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.2.2. Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 11.1.1 a 11.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 11.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;

11.2.2.1. Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 11.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

11.2.2.2. Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

11.2.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 11.13.

11.2.2.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 11.1.2 a 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **CONTRATADO**, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3.1. Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

11.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 11.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

11.3.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

11.4. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de % do valor do Contrato.

11.4.1. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

-
- 11.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.5.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;
- 11.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:
- a) as sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;
- b) a aplicação da sanção prevista no item 11.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:
- b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário municipal;
- b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.
- 11.7. A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.
- 11.7.1. A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.
- 11.7.2. A defesa prévia do **CONTRATADO** será exercida no prazo de:
- a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.1 e 11.2.2, contado da data da intimação;
- b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.3 e 11.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.7.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.
- 11.8. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:
- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 11.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 11.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

11.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do município.

11.11.1 O **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do município e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

11.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Município, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

11.13. Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **CONTRATADO** e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

11.13.1. A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato também será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.5. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.6.1.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6.1.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e o Decreto estadual nº 48.891, de 10 de janeiro de 2024, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 O **CONTRATADO** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026

PROCESSO Nº: 2259/2025

14.11 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº [14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.1.1. A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O CONTRATANTE deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca Judiciária de Arraial do Cabo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Arraial do Cabo, xx de xxxxxx de 202x.



EDITAL PREGÃO Nº 010/2026
PROCESSO Nº: 2259/2025

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-